Enquanto não existem normas que regulamentem a captação de água no Lago Paranoá, alguns moradores que mantêm sistemas de sucção se esforçam para cumprir as determinações dos órgãos responsáveis pela gestão do reservatório. Administrador de quatro imóveis às margens do lago, o Comando do 7º Distrito Naval seguiu todas as orientações dadas em uma reunião com a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) e a Agência Reguladora de Água e Saneamento do DF (Adasa), em novembro do ano passado.

Na ocasião, ficou acertado que os usuários sem autorização para o uso dos recursos hídricos seriam notificados. Depois, teriam 30 dias para apresentar pedido de outorga.

"Até então, o uso da água não havia sido contestado. Também nunca foi feito de forma clandestina. É de conhecimento público que muitas casas tiram a água do lago para irrigar exclusivamente os jardins", esclarece o comandante do 7º Distrito Naval, contra-almirante Carlos Afonso Fernandes Testoni, Menos de uma semana após a reunião, o comando recebeu a notificação. Dez dias depois, protocolou o ofício na Adasa, pedindo outorga para usar a água do lago. "Em nenhum momento houve orientação de não retirar a água", acrescenta o contraalmirante. Todas as casas administradas pelo 7º Distrito têm o sistema de captação.

O comandante diz ainda que, recentemente, foi feito novo contato com a Adasa, a fim de certificar se havia alguma determinação diferente da acertada em novembro. A resposta foi negativa. "Para nós esta atividade nunca foi considerada ilegal, porque não coadunamos com a ilegalidade. Se tivessem nos ordenado a lacrar ou retirar as

bombas, assim teríamos feito", garante. Na avaliação do militar, usar a represa para molhar as plantas é mais razoável do que usar a água tratada. "Além disso, a água acaba penetrando no solo e retornando ao lago."

O comandante Testoni acrescenta que somente quando houver alguma determinação oficial sobre a questão será possível cumprir ou argumentar contra a decisão. "Por enquanto, fizemos tudo o que foi solicitado", explica. Em relação à ronda que o Pelotão Lacustre fez nesta semana para identificar os pontos com bombas de sucção, o chefe do Departamento de Engenharia do 7º Distrito Naval, o capitão-de-fragata Afonso Celso Santos Barbosa, afirma que não houve nenhuma recomendação para inutilizar o sistema, "Eles estavam mapeando a região, mas não nos foi dada nenhuma orientação", conclui.